



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LONGO – PDT

PROJETO DE LEI N° 195/2025.

A SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS
PARA SUA TRAMITAÇÃO

Em 11/11/2025

Presidente

*"Concede o Título Honorífico de Cidadão
Acreano ao Ilustríssimo Senhor ROGÉRIO
PORTUGAL BACELLAR."*

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE,

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre
aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Honorífico de Cidadão Acreano
ao Ilustríssimo Senhor ROGÉRIO PORTUGAL BACELLAR.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Deputado FRANCISCO CARTAXO", 10 de novembro de 2025.

Deputado PEDRO LONGO - PDT



JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas,

Proponho à elevada consideração desta Casa Legislativa a concessão do **TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADÃO ACREANO** ao Ilustríssimo Senhor **ROGÉRIO PORTUGAL BACELLAR**, personalidade de expressão nacional cuja trajetória profissional, institucional e social tem contribuído de maneira decisiva para o fortalecimento da cidadania, da segurança jurídica e do desenvolvimento social em todo o Brasil.

Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba, Rogério Bacellar é reconhecido como uma das maiores autoridades do país no segmento notarial e registral. Atualmente preside a **Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR)**, a **Federação Brasileira de Notários e Registradores (Febranor)**, o **Conselho Superior da Escola Nacional de Notários e Registradores (Ennor)** e a **Rede Ambiental e de Responsabilidade Social dos Notários e Registradores (Rares-NR)**, instituições que desempenham papel essencial na qualificação e na representação nacional da categoria.

Ao longo de sua notável trajetória, o homenageado liderou o processo de criação da **Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR)**, marco histórico de unificação e representatividade da classe em âmbito nacional. Também idealizou a **Escola Nacional de Direito Notarial e de Registro (Ennor)** e o **Prêmio de Qualidade Total da Anoreg-BR (PQTA)**, ambos voltados à formação, excelência e modernização dos serviços cartorários.

Seu diálogo constante com o **Governo Federal**, o **Poder Judiciário** e o **Congresso Nacional** resultou em avanços importantes para a sociedade brasileira, como a **Lei nº 11.441/2007**, que permitiu a realização de divórcios, inventários e partilhas extrajudiciais, e a **Resolução nº 228/2016**, que implantou o sistema de apostilamento da Convenção de Haia, simplificando a legalização de documentos no exterior.

Além das conquistas institucionais, Rogério Bacellar tem atuação destacada na promoção da **responsabilidade social e ambiental**, liderando a expansão da **Rede Ambiental e de Responsabilidade Social dos Notários e Registradores (Rares-NR)**, responsável por projetos voltados ao combate ao sub-registro civil, à regularização fundiária e à inclusão cidadã em todo o país.



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LONGO – PDT

Por sua trajetória marcada pela ética, pela liderança e pelo compromisso com o fortalecimento das instituições democráticas e da cidadania, **Rogério Portugal Bacellar** é digno do reconhecimento do povo acreano. Seu trabalho tem inspirado avanços no serviço público, no acesso à justiça e na valorização das boas práticas em todo o território nacional, incluindo o Estado do Acre, que se beneficia das ações integradas de capacitação e modernização promovidas pelas entidades que preside.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação desta justa homenagem, concedendo ao **Ilustríssimo Senhor ROGÉRIO PORTUGAL BACELLAR** o TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADÃO ACREANO.

Sala das Sessões “Deputado FRANCISCO CARTAXO”, 10 de novembro de 2025.



Deputado PEDRO LONGO - PDT

CURRICULO

Nome: **ROGÉRIO PORTUGAL BACELLAR**

CPF: 058.661.629-20

Endereço: Avenida Cândido de Abreu nº 660, 12ºAndar, Centro Cívico - Curitiba/PR, CEP 80.530-000

Nacionalidade: Brasileira

Data de Nascimento: 24 de novembro de 1949

Estado Civil: Casado

Rogério Portugal Bacellar é formado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba e uma das autoridades mais destacadas no segmento notarial e registral do Brasil. Atualmente é presidente da Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR), presidente da Federação Brasileira de Notários e Registradores (Febranor), presidente do Conselho Superior da Escola Nacional de Notários e Registradores (ENNOR), presidente da Rede Ambiental e de Responsabilidade Social dos Notários e Registradores (Rares-NR) e titular do 6º Tabelionato de Protesto de Curitiba.

Já atuou como presidente da Associação dos Serventuários de Justiça do Paraná (Assejepar), de 1998 a 2001; presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR), entre 1999 e 2003; presidente e Fundador do Fundo de Apoio ao Registrador de Pessoas Naturais do Paraná (Funarpen) de 2001 a 2003; presidente do Sindicato dos Notários e Registradores do Paraná (Sinoreg-PR), de 2001 a 2003; presidente do Conselho Superior do Instituto de Estudos de Notários e Registradores (Inoreg), entre 2001 e 2003; presidente do Conselho Superior da Assejepar, de 2001 a 2003; presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR), entre 2001 e 2016; presidente da Federação Brasileira de Notários e Registradores (Febranor), de 2009 até o presente momento; presidente do Conselho Superior da Escola Nacional de Notários e Registradores (ENNOR), de 2011 até o presente momento; e, presidente da Rede Ambiental e de Responsabilidade Social dos Notários e Registradores (Rares-NR) de 2011 até o presente momento.

Histórico pessoal e profissional

Na década de 1970, mesma época em que estudava Direito na capital paranaense, foi aprovado em dois concursos para agente delegado, assumindo o cartório de Morretes. Lá foi fundador e presidente do Rotary Club e presidente do Hospital e Maternidade da cidade, atuação que despertou seu interesse pela filantropia. Também fez parte de diversos conselhos comunitários e criou a Associação de Defesa do Meio Ambiente do Litoral. Pelos trabalhos desenvolvidos, recebeu o título de cidadão honorário da cidade e o Lírio do Nhundiaquara, em Morretes.

Em 1981, Bacellar foi designado como interventor do Tabelionato de Notas e de Registro Civil do Bacacheri, em Curitiba, a convite do corregedor, desembargador Acyr de Saldanha Loyola, um dos seus professores na faculdade de Direito. Com a designação, mudou-se para a capital paranaense.

Na capital paranaense, ocupou a presidência da então Carteira de Previdência dos Servidores do Poder Judiciário, da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado do Paraná (Assejepar) e da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná. Também foi fundador e primeiro presidente do Sindicato dos Escrivães, Notários e Registradores do Paraná (Sienoreg-PR) e do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais (Funarpes), e também fundador do Instituto de Estudos dos Notários e Registradores (Inoreg).

Em 2015, Bacellar requereu a remoção para o 6º Tabelionato de Protesto de Curitiba. Outra função desempenhada neste período foi a presidência do Coritiba Foot Ball Club, nas temporadas 2015, 2016 e 2017.

Trajetória e realizações

Desde 1998, Bacellar vislumbrava a criação de sindicatos em todas as unidades da federação. Neste contexto, iniciou um movimento dentro da categoria e, em 2000, surgiu, enfim, o Sindicato dos Escrivães, Notários e Registradores do Paraná (Sienoreg-PR) que depois teve sua denominação alterada para Sinoreg-PR. Com o desenvolvimento da estrutura sindical, em maio de 2005, os notários e registradores deram um passo importante no que diz respeito à representatividade da categoria, com a fundação da Federação Brasileira de Notários e Registradores (Febranor). A entidade foi criada com o objetivo de ampliar a representatividade da categoria a nível nacional. Os notários e registradores de estados que ainda não contavam com sindicatos passaram a ser representados e defendidos pela entidade.

Mas apesar da boa representatividade da Febranor, ainda era necessário materializar o grande propósito de fundar uma Confederação para representar a classe. A luta pela criação da entidade começou em 2007, quando notários e registradores decidiram se mobilizar em torno de uma instituição representativa para atuar como porta-voz da categoria. À época, como idealizador do projeto e atual presidente da Febranor, Bacellar passou a dedicar esforços para viabilizar a Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR). Para isso, foi necessário criar mais duas Federações, a Finorsec e a Finnotar.

Em 2016, o sonho de todos se materializou: a CNR foi criada por assembleia geral e chancelada pelo Ministério do Trabalho no dia 23 de junho daquele ano, em Brasília (DF). Assim, os notários e registradores de todo o país passaram a ter uma confederação para realizar a sua representação sindical. A CNR representa o amadurecimento pleno dos notários e registradores e pode ser considerada uma grande conquista. Essa entidade nacional traduz em

termos práticos a estruturação da atividade notarial e registral em todas as unidades da federação e a coesão do setor, acelerado principalmente nos últimos dez anos.

Com o advento da CNR, um sonho foi realizado. Por conta disso, além de ocupar a presidência da Febranor, Bacellar também foi eleito Presidente da CNR e posteriormente presidente da Rede Ambiental e de Responsabilidade Social dos Notários e Registradores (Rares-NR).

Tempos depois, Bacellar percebeu a importância que a especialização e a atualização do setor têm para a qualidade dos serviços prestados e para o fortalecimento da categoria. Sendo assim, criou a Escola Nacional de Direito Notarial e de Registro (Ennor). A instituição tornou-se o braço educacional da categoria, com o objetivo de introduzir o aluno na carreira notarial e registral. Importante destacar que antes da criação da Ennor, Bacellar foi um dos fundadores em 2001 do Instituto de Estudos dos Notários e Registradores (Inoreg), primeira instituição de ensino do país a oferecer um curso de pós-graduação, em nível de especialização, voltado à área.

Criado em 2004, o Prêmio de Qualidade Total da Anoreg-BR (PQTA), com o objetivo de incentivar a qualidade e a produtividade dos cartórios brasileiros no atendimento à população, é outro feito que precisa ser destacado. As serventias inscritas passam por uma auditoria externa – coordenada pelo Grupo Apcer Brasil – que avalia uma série de critérios técnicos. Os trabalhos de análise são feitos de forma independente, de acordo com padrões internacionais e observando parâmetros da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O prêmio é uma forma de incentivar os cartórios a, cada vez mais, melhorarem suas ferramentas de logística e de gestão. Contribui para profissionalizar ainda mais a categoria.

Por ideia do desembargador José Augusto Noronha, proposta ao desembargador José Henrique César, foi criado o Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário, o Funrejus. Pode-se dizer que essa idealização contou com grande contribuição dos notários e registradores e especial articulação de Bacellar que, em Brasília, explicou as dificuldades do Tribunal de Justiça do Estado Paraná (TJ-PR), garantindo a consolidação da ideia, em momento que a proposta quase foi derrubada. Dessa forma, pode-se dizer que o fundo foi instituído fruto de um trabalho intenso e articulado entre desembargadores e a categoria dos profissionais que atuam nos cartórios extrajudiciais.

Homenagens e Condecorações

Entre as homenagens e ocupações de destaque dessa etapa de sua trajetória, foi condecorado com o título de Cidadão Benemérito do Paraná e Vulto Emérito de Curitiba, com a congratulação da Cooperativa de Crédito de Notários, Escrivães e Registradores (Credenoreg), com a Medalha de Honra ao Mérito Desembargador Décio Antônio Erpen, homenagem em comemoração dos 10 anos de criação do Funarp-PR, condecorado em diversos Congressos e eventos em reconhecimento pelos trabalhos realizados em defesa da atividade no Brasil. (...)

Relação com o governo federal

O relacionamento de Bacellar com o Governo Federal sempre foi muito positivo. O tabelião esteve em diversos momentos em Brasília, junto a ministros e figuras relevantes no Planalto. Na última década, enquanto presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR), e após este período na presidência da Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR) procurou sempre representar a categoria e defender seus interesses na esfera federal. O acesso às instâncias do governo deu aos notários e registradores a possibilidade de ampliar sua contribuição com o desenvolvimento do país, seja por meio de iniciativas que incentivam a desjudicialização dos procedimentos, integrando programas federais, ou prestando cada vez mais um serviço eficiente, célere e seguro.

Hoje, graças a um trabalho contínuo por décadas de ações sérias e consistentes, as associações e entidades do segmento notarial e registral têm trânsito livre no Palácio do Planalto e instituições governamentais. Em seu trabalho à frente das instituições representativas, Bacellar estabeleceu um amplo diálogo com o Ministério da Justiça, pasta do Governo Federal de extrema importância para juristas, sempre mantendo um relacionamento constante com nomes como Nelson Jobim, Tarso Genro, Thomaz Bastos e Alexandre de Moraes. Ao lado desta pasta, foi viabilizado o projeto de lei que assegura aos notários e registradores o direito de fazer arbitragem e mediação de conflitos no âmbito dos cartórios.

Na época, o então ministro, José Eduardo Cardozo entendeu que iniciativas como essa contribuiriam para desafogar o Judiciário, reduzindo o número de processos em trâmite. Outro fruto desta parceria foi a capacitação dos notários e registradores para possibilitar a contribuição dos profissionais de forma mais apurada com a redução do volume de processos tramitando nas mesas dos juízes.

Bacellar também desenvolveu uma boa relação com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), desde a época dos ministros Brizola Neto e Manoel Dias, passando por Miguel Rossetto e Ronaldo Nogueira, este que acompanhou a luta da Febranor para criar a CNR, considerada por notários e registradores o ápice da representatividade da categoria.

Todas essas iniciativas foram resultado de uma parceria que se intensificou em mais de uma década. Graças a isso, os cartórios brasileiros foram reconhecidos como importantes para promover benefícios à sociedade brasileira do ponto de vista do acesso à cidadania. Esse capítulo de aproximação começou a ser escrito efetivamente em 2004, representando um marco para os notários e registradores de todo o país, por conta do reconhecimento e fortalecimento, acompanhados da possibilidade de darem importantes contribuições ao Brasil. Essa boa relação permitiu diversas conquistas que beneficiaram tanto os notários e registradores quanto a sociedade brasileira.

Destaca-se também a atuação de Bacellar nos projetos relacionados ao acesso à cidadania. Dentre eles o "Primeiro Emprego" e "Aprendizagem", que previa a contratação de jovens sem experiência profissional ou de pessoas com deficiência por cartórios de todas as regiões. Os tabeliães também sempre tiveram importante participação desde os primórdios no programa Fome Zero, destacando-se também o programa Papel Passado, desenvolvido em conjunto com o Ministério das Cidades, com o objetivo de promover a regularização fundiária em áreas urbanas e rurais.

Iniciativas ao lado da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e desenvolvidas por cartórios brasileiros com o objetivo de acabar com o subregistro de nascimento no Brasil, também precisam ser lembradas. Nesse sentido, importante destacar a ampliação da Rede Ambiental e de Responsabilidade Social dos Notários e Registradores (Rares-NR), destinada a desenvolver projetos sociais em todo o Brasil.

Importante lembrar também a questão de separações e divórcios – que, em casos consensuais e que não envolvam casais com filhos menores de idade –, e inventários e partilhas de bens passaram a ser realizados nos cartórios brasileiros em janeiro de 2007.

Essa possibilidade foi regulamentada por meio da lei nº 11.441, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com essa lei, além da simplificação dos trâmites, esses procedimentos passaram a ser concluídos em prazos significativamente menores e com custos reduzidos. Os gastos chegam a 10% do valor das custas de um processo realizado na esfera judicial.

Legalizar documentos para utilização no exterior também ficou mais fácil a partir de 2016. A Resolução nº 228/16, que dispõe sobre a implantação do sistema de apostilamento e da regulamentação da Apostila de Haia no País, consiste na emissão de certificado internacional que agiliza e simplifica a legalização de documentos entre os 111 países signatários da Convenção de Haia. O objetivo foi estabelecer regras para viabilizar o reconhecimento mútuo de documentos brasileiros no exterior e de documentos estrangeiros no Brasil.

Essas iniciativas representam a confiança que o governo federal deposita nos notários e registradores, como agentes capazes de contribuir com a sociedade brasileira, em diversos aspectos e de várias maneiras, sobretudo com iniciativas de inclusão social e de garantia da cidadania. Significa o reconhecimento de que a atividade notarial e de registro presta importantes serviços, seja contribuindo com projetos do Planalto, seja inovando ao propor programas em parceria.

Além disso, a aproximação com o governo federal é o atestado do fortalecimento da categoria que, principalmente ao longo da última década, conquistou maior poder de voz entre as instituições. Além das portas abertas no Planalto e livre trânsito entre os ministérios, desde 2004, os notários e registradores mantêm relações estreitas com todos os titulares que passaram pelos ministérios da Justiça, Previdência, Planejamento, Agricultura, Direitos

Humanos, Reforma Agrária e Cidades, entre outros, construindo parcerias sólidas com todas essas pastas.

Fruto de todo esse trabalho, hoje, o setor tem condições de reivindicar seu papel e de se sentar para dialogar com o governo de igual para igual, contribuindo com a administração federal de forma direta. Em contrapartida, os cartórios brasileiros continuam a prestar seus serviços à sociedade, andando de braços dados com a cidadania.